

**OS EFEITOS DO PROGRAMA INCLUIR NA UNIVERSIDADE FEDERAL  
FLUMINENSE****THE EFFECTS OF THE INCLUIR PROGRAM AT THE FLUMINENSE FEDERAL  
UNIVERSITY**Tatiana Gonçalves Muzi<sup>1</sup>Jimmy Medeiros<sup>2</sup>**Resumo**

O texto tem o objetivo de analisar, panoramicamente, os efeitos do Programa Incluir na Universidade Federal Fluminense (UFF) nos anos de 2007, 2008 e 2010, momento que esta Universidade submeteu propostas às chamadas públicas do referido Programa. A metodologia utilizada foi composta por uma pesquisa descritiva e exploratória sobre a abrangência do “Incluir” no Brasil, seguida por coleta e análise de dados na UFF, por meio de uma abordagem qualitativa-quantitativa. A pesquisa contou com entrevistas em profundidade com três membros ativos na luta para tornar a universidade pública mais acessível para pessoas com deficiência, visitação *in loco* e aplicação de um questionário *online*., via *Google Forms*, que obteve 335 respostas. Os resultados revelaram que o Programa Incluir teve eficácia no caso analisado e que a inclusão de pessoas com deficiência na Educação Superior requer, de fato, ações coletivas por parte de toda a sociedade, pois as políticas públicas de inclusão podem ser mais eficazes à medida que há planejamento governamental e abertura à

---

<sup>1</sup> Mestra em Bens Culturais e Projetos Sociais pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas (2019).

<sup>2</sup> Doutor em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2016), mestre em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (ENCE/IBGE) (2011) e Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (2005).

participação popular, especialmente no que concerne às pessoas com deficiência para o referido caso.

**Palavras-chave:** Política pública. Acessibilidade no Ensino Superior. Programa Incluir.

### **Abstract**

The text aims to analyze, in an extensive way, the effectiveness of the “Incluir” Program at the Fluminense Federal University (UFF) during the years 2007, 2008 and 2010, when this University submitted proposals to the public calls of “Incluir” Program. The methodology used was composed of a descriptive and exploratory research on the scope of “Incluir” in Brazil, followed by data collection and analysis at UFF, through a qualitative and quantitative approaches. The survey included in-depth interviews with three active members in the fight to make the public university more accessible to people with disabilities, on-site visits and an online questionnaire were conducted, via Google Forms, which obtained 335 responses. The results revealed that the “Incluir” Program was effective in the case analyzed, and the inclusion of people with disabilities in Higher Education requires, in fact, collective actions by the whole society, because public inclusion policies can be more effective as there is governmental planning and openness to popular participation and, in this specific case, people with disabilities.

**Keywords:** Public policy. Accessibility in higher education. Incluir Program.

### **Introdução**

Neste trabalho, analisamos a política pública “Incluir” panoramicamente. A pesquisa que embasa este Programa Governamental durou dois anos, com início em 2018 e término em 2019, e mediu a eficácia do Programa Incluir nos anos de 2007, 2008 e 2010. É importante ressaltar que o Programa teve, ao todo, cinco anos de duração, com início em 2005 e término em 2010. Criado pelo Ministério da Educação, o Incluir destinava aportes financeiros para as Instituições Federais de Educação Superior (IFES) que implementassem Núcleos de Acessibilidade, com vistas à realização de obras e à criação de projetos para viabilizar a entrada e a permanência de estudantes com deficiência na Educação Superior.

Com o objetivo de medir a eficácia do Programa Incluir, realizamos um estudo de caso na Universidade Federal Fluminense, IFES localizada no Estado do Rio de Janeiro, no ano de 2019, investigando se houve otimização das condições de acesso e permanência de estudantes com algum tipo de necessidade especial na Educação Superior após o implemento desta política pública, e qual a percepção dos estudantes em geral sobre a melhoria das condições da Instituição em oferecer espaços mais acessíveis.

Destaca-se que, dadas as limitações de recursos humanos e financeiros, optamos por um recorte local e investigamos apenas uma das instituições que submeteu propostas ao Incluir durante os anos de 2007, 2008 e 2010. No entanto, não descartamos a hipótese de ampliar a pesquisa para os níveis regional e nacional, uma vez que os dados obtidos foram relevantes para entender melhor o fenômeno da inclusão de pessoas com deficiência na educação superior pública.

Para que essa pesquisa fosse possível, procuramos responder à seguinte questão: quais os efeitos do Programa “Incluir” na Universidade Federal Fluminense? Como já foi dito, o recorte foi local e elegemos a IFES supracitada, que foi partícipe do Programa, para extrair e analisar os dados no Estado do Rio de Janeiro.

Em termos estruturais, este artigo está ramificado em 04 seções. Inicialmente, fazemos um breve resgate teórico sobre o panorama histórico e cultural da deficiência, de maneira a contextualizar o leitor sobre as dificuldades e as batalhas que foram lutadas pelas pessoas com deficiência. Em seguida, apresentamos a política pública “Incluir” para, na seção seguinte, mostrarmos os dados coletados, bem como a metodologia e o resultado da pesquisa realizada na Instituição de Educação Superior (IES) pública eleita como objeto deste estudo de caso. No final, são lançadas as considerações finais da pesquisa.

### **1. Panorama histórico da deficiência - contextualização**

A inclusão social e acessibilidade são temas de suma importância, que precisam ser discutidos em todas as esferas de poder e não podem mais ser negligenciados. Por muitos anos, pessoas com algum tipo de deficiência foram alvo de um sentimento difuso e de um senso comum da sociedade, que duvidava da real capacidade dessas pessoas para exercer atividades cotidianas com êxito. Acreditamos que isso seja atribuído, dentre outras motivações, ao aspecto histórico, social, político e cultural do tratamento da deficiência.

Para Durkheim (1996), todos os fenômenos que se passam dentro de uma comunidade têm, com diferentes graus de generalidade, um interesse social<sup>3</sup>. Mas o que isso tem a ver com a história da deficiência e sua influência na inclusão educacional? A resposta é “tudo”, pois a pessoa com deficiência sempre foi vista à margem da sociedade, por uma imposição de valores tidos como ideais de beleza, de saúde e de inteligência, o que a colocava sob o estigma da “malformação”, e isso explica a rejeição sofrida por essa pessoa no decorrer da história da humanidade. Este argumento é reforçado quando é mencionado que,

As pessoas com deficiência, historicamente, foram avaliadas sobre suas potencialidades e possibilidades de inclusão e participação produtiva na sociedade, a partir de indicadores padronizados. Assim, sofrem os efeitos da diferença, muito mais pelos estigmas que as colocam na condição de incapazes, do que pelos limites da própria deficiência. Como consequência, compartilham entre si uma história de exclusão social, marcada pela assimilação dos estigmas que lhes foram atribuídos. (SENADO FEDERAL, 2005, p.9)

A pessoa que nascia ou adquiria alguma deficiência no decorrer da vida, por muitas vezes era vista como uma pessoa que necessitava mais de assistência do que de educação, dado que suas capacidades eram consideradas limitadas, e essa limitação fomentava uma exclusão social, o que gerou estigmas que ainda hoje existem e que necessitam ser superados.

Por “estigma” Goffman (1988) entende se tratar de uma marca corporal que afeta o *status* moral do indivíduo enquanto ser social e que rotula sua identidade de maneira depreciativa, o que acaba por criar comportamentos sociais negativos e o consequente insulamento social dessas pessoas. Ainda de acordo com Goffman (1988), as pessoas com deficiência eram julgadas mais pela sua aparência, pelas suas marcas corporais consideradas defeituosas, do que pelas suas qualidades. Eram consideradas pessoas ritualmente poluídas e que deveriam ser evitadas, e esses valores eram ratificados e erigidos pela sociedade. Em complemento com essa ideia, Becker (2008) assevera que a pessoa com deficiência era considerada como um indivíduo “desviante” ou “*outsider*”, mas que, apesar de não se enquadrar nos padrões de normalidade impostos pela sociedade, não era por esta totalmente excluída, dado que se encaixava em um nicho: o de seus pares.

---

<sup>3</sup> Trata-se da aplicação da Teoria do Fato Social, de Émile Durkheim (1972), que explica a “socialização” do ser humano como sua capacidade de assimilar valores, costumes e tudo mais o que este aprende no seu convívio com outros pares, o que ele chama de “Fatos Sociais”.

Logo, fatos históricos apontam que a pessoa com deficiência era julgada apenas pela sua deficiência, e não pelas suas qualidades enquanto indivíduo, pelo seu “ser humano”. Não havia racionalidade, uma vez que essas pessoas eram enxergadas sob a ótica de um pensamento lendário, como bruxos, feiticeiros, frutos da supervalorização do sobrenatural ou como pessoas que eram usadas para alertar a humanidade sobre os castigos divinos, afastando destas a oportunidade de convívio social e do acesso à educação.

Com o objetivo de exemplificar o argumento acima, Peranzoni e Freitas (2000) asseveram que, em Roma Antiga, aos pais das crianças que nasciam com deficiência, era garantido o direito de abandono num cesto às margens do rio Tibre. Já na Grécia Antiga, o culto ao corpo e à beleza era condição fundamental para a inserção do indivíduo na sociedade, e as crianças que nasciam “malformadas” tinham seu destino definido por um conselho de anciões, cuja morte era constantemente recomendada. As reflexões de Silva (1987) ratificam essa compreensão e acrescentam que as deficiências, assim como o sentimento de indiferença para com essas pessoas, são tão antigos quanto a história da humanidade.

O tratamento da pessoa com deficiência percorreu longos caminhos na história, passando do desprezo à compaixão e, no que concerne à abordagem, esta era mais assistencialista e médica. Para Marchesi, (2004), a crença era de que a deficiência não dava margem para qualquer possibilidade de intervenção educativa. No Brasil, o viés educacional de pessoas com deficiência só começa a ser observado no início do século XIX, com o advento de Instituições oficiais isoladas, tais como: o Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES (1856); - e o Instituto Benjamin Constant – IBC (1854).

O tempo passou e, atualmente, existem inúmeros debates acadêmicos, leis e políticas públicas que garantem os direitos das pessoas que possuem algum tipo de deficiência. A título de ampliar a discussão, não podemos deixar de citar algumas das principais conquistas alcançadas pelas pessoas com deficiência no que concerne ao tema educacional: a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), a Conferência Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994), que inseriram a educação especial no cerne do debate acadêmico sobre inclusão escolar e a revolucionaram.

Os dispositivos legais que protegem o estudante com deficiência atualmente em vigor foram frutos de uma intensa luta por direitos que, apesar de garantidos legalmente, precisam

sair âmbito teórico para a prática e, de alguma forma, serem implementados. Nesse sentido, as políticas públicas são algumas das maneiras de implementar direitos sociais já ratificados por normas jurídicas sacramentadas.

Neste artigo, falamos de uma política pública específica. Trata-se do resultado de uma vasta pesquisa acadêmica sobre a uma política pública de acessibilidade federal, O Programa Incluir.

## 2. O Programa Incluir

O Programa Incluir: Acessibilidade na Educação Superior foi criado em 2005 pelo Ministério da Educação (MEC), durante a gestão de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), em resposta à exiguidade de políticas públicas voltadas para a inclusão de pessoas com deficiência na Educação Superior Pública e em cumprimento ao que dispõe o Decreto nº 5.296/2004, este determinando que,

Art. 24º - Os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, públicos ou privados, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios e instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários. (BRASIL, 2004)

O Programa, de acordo com Portaria Normativa do MEC nº 14<sup>4</sup>, consistiu basicamente em

Art. 1º - Fomento à implantação e/ou consolidação de núcleos de acessibilidade que promovam ações para a garantia do acesso pleno às pessoas com deficiência, constituindo uma política de inclusão que torne acessível o ambiente físico, portais e sítios eletrônicos, os processos seletivos, as práticas educativas, as comunicações e as avaliações, dando respostas concretas às diferentes formas de exclusão. (BRASIL, 2007)

Os registros documentais do Programa Incluir<sup>5</sup> nos mostraram que, entre os anos de 2005 e 2010, o Incluir realizou chamadas anuais concorrenciais, cujos projetos submetidos

---

<sup>4</sup> Apesar de ter sido idealizado e implementado em 2005, o Programa Incluir só foi regulamentado em 2007 pela Portaria Normativa do MEC nº 14, de 24 de abril de 2007.

<sup>5</sup> Foram consultados os Editais antigos do Programa Incluir dos anos de 2005 a 2010 e publicações no Diário Oficial da União, que se encontram no Domínio do MEC ([Programa Incluir - Ministério da Educação](#))

pelas IFES aprovados eram contemplados com recursos orçamentários. De acordo com o Documento Orientador do Programa, a partir de 2012, a ação foi universalizada e todas as Instituições passaram a receber aportes financeiros, que eram previstos diretamente nas suas matrizes orçamentárias. (BRASIL, 2013)

Foi realizado um levantamento dos editais do Incluir e sintetizamos os seguintes dados:

ANO	2005	2006	2007	2008	2009	2010	TOTAL
Propostas aprovadas	13	28	38	36	40	38	193
Recursos previstos em (R\$)	1.000.000,00	1.100.000,00	2.000.000,00	3.300.000,00	5.000.000,00	5.000.000,00	17.400.000,00

Quadro1: Propostas apresentadas por IES e recursos previstos por edital.

Realizando uma leitura global dos dados, estes nos mostram que tivemos um total de 193 propostas aprovadas e R\$ 17.400.000,00 previstos, considerando a janela temporal de 2005 a 2010 (Quadro 1). É relevante notificar que, com relação aos recursos repassados pelo Programa, houve falta de transparência na divulgação desses dados, pois nem todos os editais de resultado previram a quantidade de recursos destinada especificamente para cada IES. Somente os editais de 2007 e 2008 realizaram essa divulgação.

Apesar de o Documento Orientador do Programa prever expressamente o aporte de recursos e a institucionalização dessa política de acessibilidade somente nas Instituições Públicas Federais de Ensino Superior, é interessante observar que, em 2009, houve adesão de cinco Instituições Estaduais<sup>6</sup>, o que nos fez perceber que o programa evoluiu nesse período, possibilitando maior abrangência regional. Não podemos afirmar, entretanto, que os 193 projetos correspondem a 193 IES distintas, uma vez que muitas delas submeteram projetos por mais de um ano (Gráfico 1). Foram contabilizadas 81<sup>7</sup> IES partícipes entre 2005 e 2010.

([mec.gov.br](http://mec.gov.br)) e da Imprensa Nacional ([www.in.gov.br](http://www.in.gov.br)), respectivamente. Também foi utilizado como fonte de consulta o Documento Orientador do Programa Incluir. (BRASIL, 2013)

<sup>6</sup> As IES estaduais foram: Universidade Estadual de Maringá, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho e Universidade do Estado da Bahia. O edital destinou R\$ 2.000.000,00 para essas universidades em 2009.

<sup>7</sup> Para os fins deste trabalho e para não prejudicar a análise dos dados, informamos que uma das instituições que submeteu projeto em 2010 não foi contabilizada, pois não foram encontradas informações suficientes sobre sua localização.

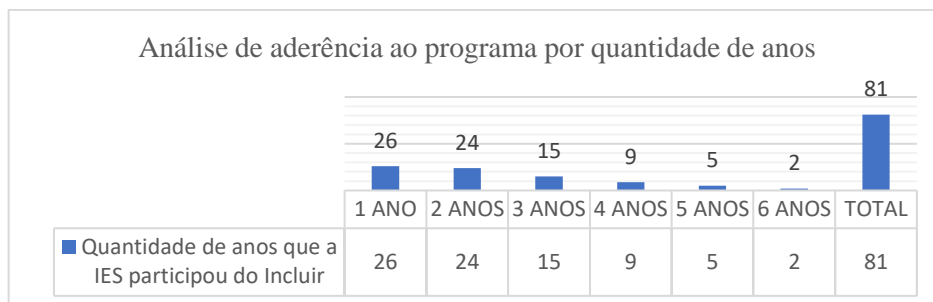


Gráfico 1: Análise de aderência ao programa por quantidade de anos.

Com relação à localização das IES, foi feito um mapeamento de dados por regiões do Brasil e podemos afirmar que houve adesão ao Incluir por instituições de todos os entes federativos (Gráfico 2). A maior aderência ficou por conta da região Sudeste, com 30%, seguida pela Sul, (23%), Nordeste (22%), Norte (15%) e Centro-Oeste (10%).

Observamos, também, as seguintes tendências:

- Aumento linear da apresentação de projetos/propostas entre os anos de 2005 a 2008 na região Sudeste, decrescendo a partir de 2009;
- Aumento linear da apresentação de projetos/propostas entre os anos de 2005 a 2007 na região Norte, decrescendo de 2008 a 2010;
- Aumento linear da apresentação de projetos/propostas entre os anos de 2005 a 2007 na região Nordeste;
- Baixa aderência da região Centro-Oeste em todos os anos.

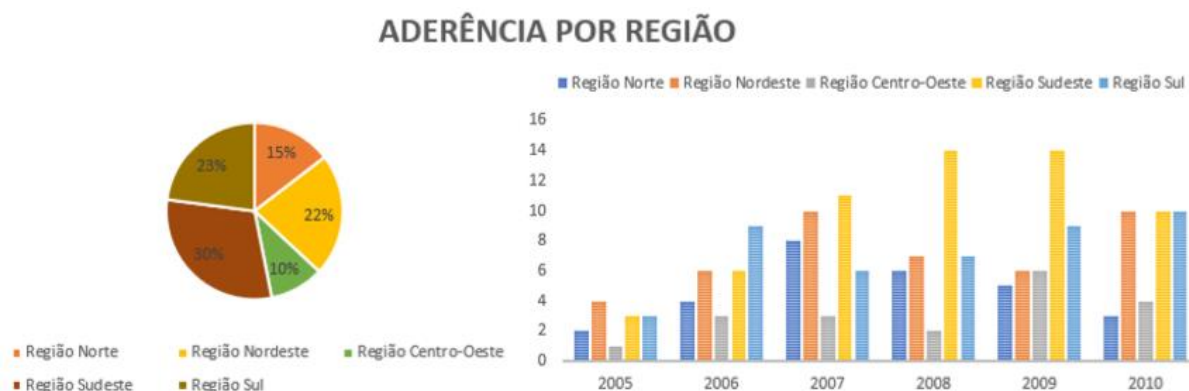


Gráfico 2: Análise de aderência ao programa por região.



Com o intuito de investigar a divulgação midiática do Incluir, foi feito um levantamento entre os anos de 2018 e 2019 sobre as principais notícias que já foram publicadas em *sites* da *Internet*. O resultado foi tímido, com poucas menções jornalísticas ao Programa na *Internet*., nenhuma delas direta. O programa Incluir era mencionado como subsídio para o tema central da notícia, que era deficiência em 100% dos casos. Até abril de 2019, apenas seis notícias foram identificadas. A busca foi realizada no *Google* notícias e por filtros na *Internet*. Concluimos que o foco dos *sites*. jornalísticos nesse período foi abordar questões envolvendo as condições e dificuldades das pessoas com deficiência, e não o Incluir propriamente dito.

JORNAL	NOTÍCIA	ANO
Globo.com	“Alunos da Ufes denunciam falhas de acessibilidade no prédio de direito”	2015
Globo.com	“Cresce o acesso da pessoa com deficiência ao ensino superior no país”	2016
Jornal do Comercio de Pernambuco	“Paralisia cerebral não impede jovem de cursar dança na UFPE”	2016
O São Gonçalo	“Caderno Educação - Aulas inclusivas e com socialização”	2017
ViaCarreira	“Cotas para deficientes nas universidades: entenda como funciona”	2018
Notícia do site da UFMG	“UFMG enfrenta desafio de se tornar mais acessível”	2018

Quadro 2: Análise da divulgação midiática do Programa Incluir.

Essa divulgação pela mídia é validada à medida que reforça a importância dos meios de comunicação na dinâmica social e ajuda a ratificar o fato de que o Incluir ganha maior visibilidade e representatividade, corroborando a participação dos diversos atores sociais nessa política pública, como maneira de legitimação da questão da deficiência.

### 3. O Incluir na prática: estudo de caso na Universidade Federal Fluminense

Neste tópico, vamos abordar a metodologia e os principais resultados do estudo de caso que foi realizado durante os meses de julho a outubro de 2019 em Instituição Federal de Educação Superior do Estado do Rio de Janeiro: a Universidade Federal Fluminense (UFF). Tratou-se de uma visão mais aproximada da aplicação prática do Programa Incluir, e o objetivo dessa aproximação foi analisar os marcadores das ações de acessibilidade que foram

aplicadas nesta IFES, segundo a percepção da comunidade acadêmica desde o começo da vigência do Programa.

O motivo que nos levou à escolha dessa Instituição, especificamente, foi por ser a com maior custo-benefício para a presente pesquisa. Em termos de localização, e como havia recursos financeiros limitados para financiar este empreendimento, optamos por nos limitar a apenas uma IFES. Entretanto, não descartamos a ampliação do campo de análise em momento futuro, dada a relevância e atualidade do tema em questão.

Os medidores de percepção da comunidade acadêmica foram instrumentos qualitativos e quantitativos, sendo utilizadas, adicionalmente, análise documental e revisão bibliográfica. Foram, ao todo, 335 entrevistas pelo instrumento quantitativo e 3 entrevistas em profundidade, na etapa qualitativa.

Na etapa quantitativa, foi disponibilizado um questionário pela *Internet.*, que foi divulgado nas redes sociais e nas páginas da IFES eleita para a abertura deste campo. A escolha pela divulgação *on-line* do questionário deveu-se à elevada abrangência geográfica dos *campi* da Instituição. A pesquisa quantitativa contou a participação de diferentes núcleos da comunidade acadêmica, tais como: docentes, alunos da graduação e da pós-graduação (*lato sensu* e *stricto sensu*), egressos e técnicos administrativos. Com relação a esta etapa, tivemos dificuldades na coleta de respostas em virtude da limitação financeira e de tempo para a aplicação do instrumento quantitativo. Apesar dessas dificuldades, o questionário se mostrou válido, pois houve medição da percepção da comunidade acadêmica sobre a acessibilidade na IFES escolhida e, também, por conter respostas de entrevistados com algum tipo de deficiência.

Na etapa qualitativa, pudemos contar com a participação de três pessoas, cujas entrevistas semiestruturadas foram realizadas nas dependências da Instituição. Duas dessas entrevistas foram realizadas de forma presencial, gravadas e transcritas. A terceira foi realizada de forma remota, dada a incompatibilidade de horários com o entrevistado. Esta última não foi descartada, apesar da limitação metodológica de contato físico com o entrevistado, dada a riqueza das informações que este nos prestou.

Vale ressaltar que essa pesquisa seguiu padrões éticos de conduta, com aplicação de termos de consentimento livre e esclarecido em ambas as etapas (qualitativa e quantitativa).

Com o intuito de resguardar o anonimato dos participantes, todas pessoas entrevistadas tiveram sua identidade protegida.

#### 4. Resultados

A IFES objeto desse estudo apresentou propostas ao Incluir nos anos de 2007, 2008 e 2010. Todas as propostas tinham como objeto a destinação de recursos ao Núcleo de Acessibilidade<sup>8</sup> da Universidade Federal Fluminense e houve transparência na divulgação do uso dos recursos recebidos referentes aos editais de 2007 e 2008.

Os primeiros dados a seguir mostram o perfil dos entrevistados. Considerando a amostra de 335 pessoas que responderam o instrumento quantitativo, com relação à pergunta identificadora do gênero, 66,6% das pessoas se identificaram como mulheres e 33,4% como homens. Identificamos, nessa amostra, 14 pessoas com deficiência, sendo 12 mulheres e 2 homens, o que nos faz inferir que a distribuição é uniforme.

Com relação ao grau de instrução de cada participante, este se mostrou bem diversificado, sendo que a grande maioria já teve acesso ao nível superior de ensino (Gráfico 3). Observamos, também, que a maioria dos entrevistados (59,4%) eram egressos dos cursos oferecidos pela UFF. (Gráfico 4)

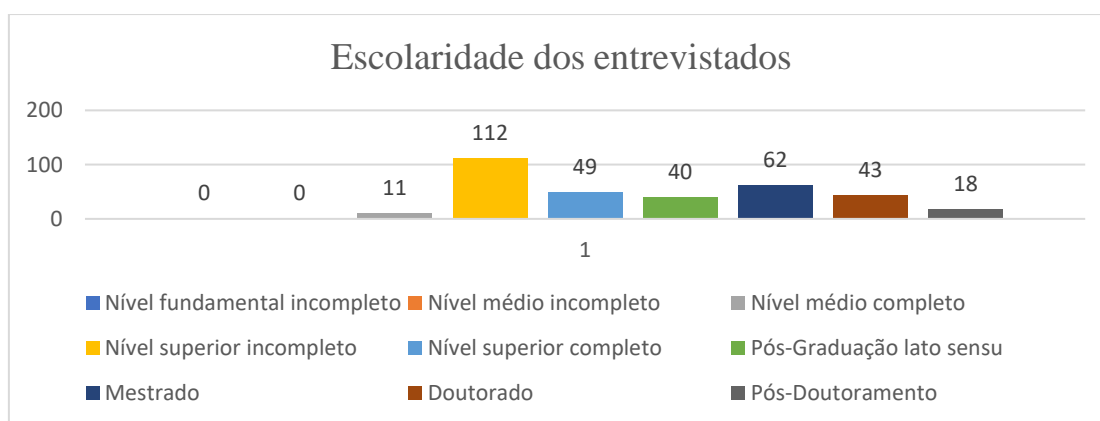


Gráfico 3: Grau de escolaridade dos entrevistados.

<sup>8</sup> Esse Núcleo de Acessibilidade se estabeleceu em 2008 com os recursos do Programa Incluir e, posteriormente, ganhou o *status* de Divisão de Acessibilidade e Inclusão.

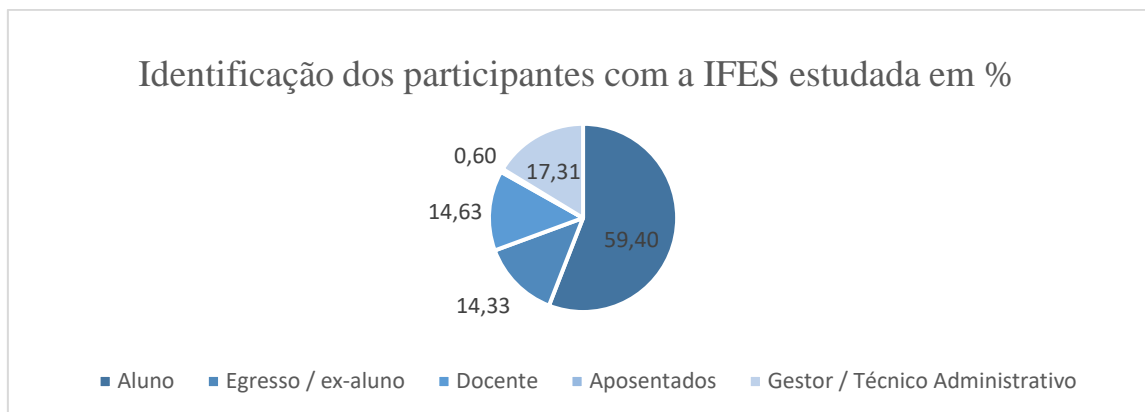


Gráfico 4: Identificação dos participantes com a IFES estudada.

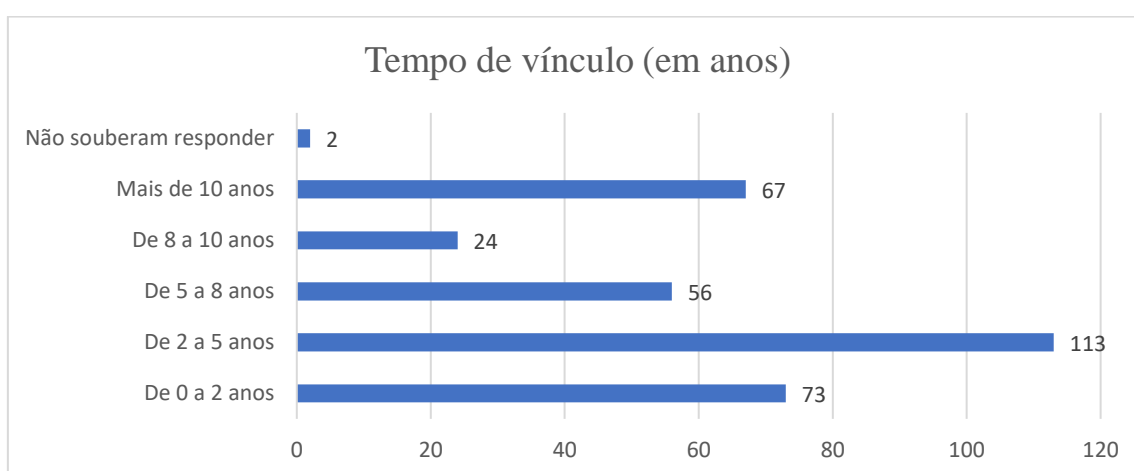


Gráfico 5: Identificação do tempo de vínculo dos participantes na IFES estudada.

Como podemos observar, tivemos 67 respostas de pessoas que declararam vínculo à IFES por “mais de 10 anos” (Gráfico 5), o que nos remete, no mínimo, ao ano de 2009. Trata-se de uma quantia relevante, pois representa 20% do tamanho da amostra. Logo, é possível concluir que o instrumento alcançou respostas concordantes com a margem de tempo que o Incluir esteve realizando editais públicos concorrenciais, o que nos permite identificar percepções sobre acessibilidade antes, durante e depois do advento do Programa Incluir.

Uma dificuldade encontrada na medição da eficácia do Incluir foi com relação à identificação dos alunos com deficiência que ingressaram na universidade, uma vez que os “dados” só aparecem quando o indivíduo se declara como “pessoa com deficiência”. Esse controle se tornou possível graças às Ações Afirmativas<sup>9</sup>. Entretanto, estas mostram-se

<sup>9</sup>Ações afirmativas nas universidades públicas são políticas públicas de inclusão necessárias para a correção das desigualdades sociais históricas e, “conceber as cotas na esfera das ações afirmativas implica, necessariamente, conferir-lhes o mesmo estatuto de legitimidade social que desfrutam outras políticas públicas, cujos objetivos

insuficientes, pois existem pessoas com deficiência que ingressam na IFES pela ampla concorrência.

Candido, Nascimento e Martins (2016) asseveram que esse tema sobre acessibilidade e inclusão ainda é bastante limitado no nível superior de ensino, e existe um grande esforço no sentido de que é necessária a identificação do público com deficiência dentro da Universidade e a consequente promoção de ações que garantam o acesso, a permanência e a conclusão dos cursos por essas pessoas.

Visando melhorar a identificação das pessoas com deficiência nos *campi* e atender às exigências de suas propostas submetidas ao Incluir, a Universidade Federal Fluminense buscou implementar o chamado “agente da inclusão”, que seria um projeto com o objetivo de identificar alunos com deficiência e mapear suas necessidades, colocando-os numa rede de apoio inclusiva. À época da abertura do campo, esse projeto ainda estava em fase de elaboração, não havia sido colocado em prática. Por esse motivo, não houve coleta de dados sobre a efetividade desta ação.

Buscando medir a acessibilidade na IFES estudada, apresentamos aos respondentes do questionário uma pergunta sobre a avaliação da instituição em termos de acessibilidade. As respostas foram pessimistas, afinal, 42% dos participantes avaliaram negativamente as estruturas de acessibilidade, contra somente 13%, que o fazem de maneira positiva. A grande maioria optou por avaliar como “média” ou “regular” a IFES em termos de acessibilidade (Gráfico 6). Dos quatorze respondentes que se declararam com algum tipo de deficiência, três optaram pelo atributo “boa”, cinco optaram pelo atributo “média”, duas pelo atributo “ruim” e três pelo atributo “péssima”. Uma pessoa com deficiência optou por não responder esse item.

---

*essenciais são a redução e a correção das desigualdades sociais, quaisquer que sejam elas”* (MATTOS, 2004, p. 194).

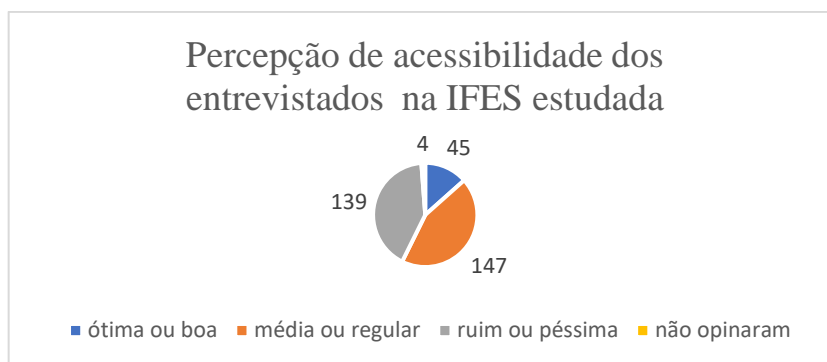


Gráfico 6: Percepção de acessibilidade dos entrevistados na IFES estudada.

Notamos que muitos dos participantes alegaram a necessidade de cursar disciplinas em diferentes *campi*, o que demanda constantes deslocamentos, com longos percursos, no decorrer do curso e requer medidas de acessibilidade física, tais como sinalização, rampas de acesso e pontos de ônibus acessíveis.

Com relação à abrangência geográfica dos *campi*, Castro (2011) assevera que a grande distância entre os *campi* aliada ao fato de a maioria das Universidades partícipes serem muito grandes e com um elevado número de construções acaba se tornando um grande limitador para pessoas com deficiência, especialmente aquelas com dificuldade de locomoção, pois essas pessoas por vezes necessitam percorrer grandes distancias entre um prédio e outro para assistir às aulas e esses deslocamentos provocam desgastes físicos e emocionais.

Oliveira (2003) assevera que é necessário levar em consideração a opinião dos alunos, gestores e demais membros da comunidade acadêmica em relação ao seu direito de deslocar-se livremente nas dependências da Universidade com autonomia, e é obrigação da Universidade disponibilizar recursos para que essa locomoção se torne possível, pois um pequeno obstáculo para pessoas sem deficiência pode ser uma grande barreira impeditiva para pessoas com mobilidade reduzida.

A fim de investigar as condições de supracitadas, fizemos um levantamento sobre a percepção dos respondentes com relação às condições mais básicas de acesso e permanência e aos instrumentos que a UFF utiliza para prover maior acessibilidade, conforme regulamenta a ABNT-NBR 9050<sup>10</sup>. Endossamos que a acessibilidade arquitetônica e estrutural é exigência

<sup>10</sup> Norma Brasil 9050, da Associação Brasileira de Normas Técnicas, que trata da Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiências e Edificações, Espaço, Mobiliário e Equipamentos Urbanos.

para os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições, conforme dispõe a Portaria MEC nº 1.679, de 02 de dezembro de 1999.

Os resultados sobre a adequação da IFES analisada mostram que a Instituição em questão se preocupa, de alguma maneira, com a acessibilidade e aplicando recursos em infraestrutura mais acessíveis para pessoas com deficiência (Gráfico 7). No entanto, de acordo com as respostas dos entrevistados, a UFF ainda carece, em sentido *lato*, de acessibilidade em muitos aspectos.

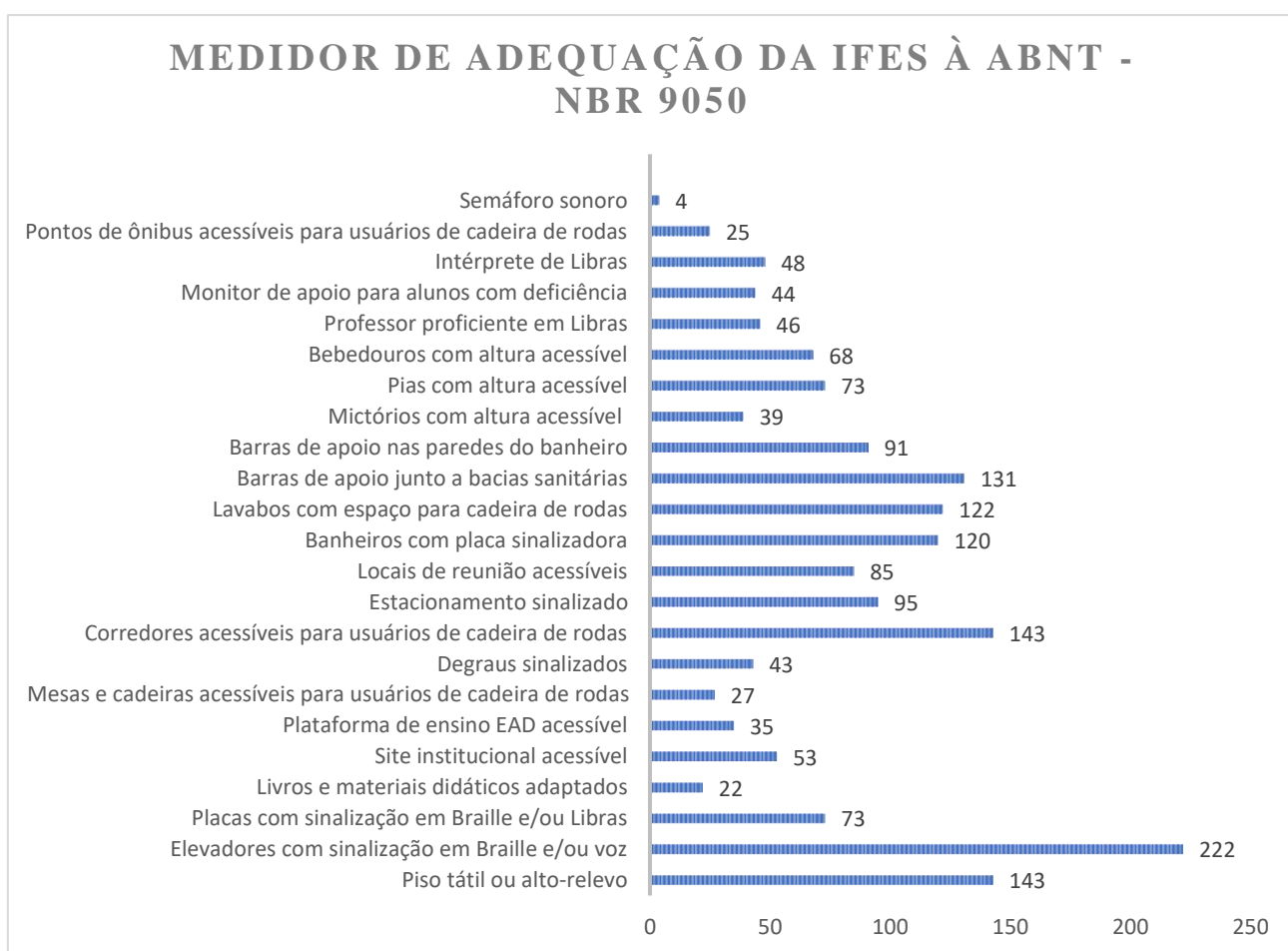


Gráfico 7: Medidor de adequação da IFES à ABNT - NBR 9050.

Com relação aos entrevistados pelo instrumento qualitativo, uma dessas pessoas possui deficiência e destacou que

[...] Existe um projeto de inclusão dentro da universidade, porém, este ainda é deficiente por falta de estrutura física do campus, dos recursos de adaptação e capacitação dos profissionais. No meu caso, o projeto existente me atende, de modo que consigo me manter na universidade, através de bolsa, auxílio de técnicos da área e comprometimento de docentes e voluntários em tornar essa vivência mais igual e

inclusiva [...] Muitas coisas podem ser melhoradas, como por exemplo, a capacitação do corpo docente, técnicos administrativos e agentes responsáveis pela infraestrutura do campus. Também como o acesso ao campus, uma vez que a estrutura física não se faz acessível, pois falta iluminação e sinalização (E3, setembro de 2019).

Fizemos um levantamento junto à Universidade em busca dos meios que esta proporciona aos alunos no que concerne à tecnologia assistiva. A UFF informou possuir alguns equipamentos e softwares específicos para o público com deficiência, tais como ampliador de tela, impressoras em Braille, leitor autônomo, computadores adaptados, *tablets*, *datashow*, máquina fusora, *notebooks*, lupa eletrônica de mesa e manual, mouse adaptado, vídeo ampliador portátil e *scanner* com voz. Com relação à acessibilidade metodológica e atitudinal, a IFES nos informou que deixa à disposição de quem necessita material didático, e que algumas bibliotecas já têm aparelhos específicos para leitura e manuseio de livros para as pessoas com deficiência.

De acordo com Xavier (2016), as barreiras atitudinais são promovidas pela própria sociedade e impõem à pessoa com deficiência uma posição à margem desta, danificando sua identidade enquanto seres humanos e limitando suas capacidades de progresso e de convívio social. Nesse sentido, a inclusão e a acessibilidade não devem ser consideradas apenas sob o ângulo de uma imposição governamental, mas sim como uma práxis, como algo naturalizado e efetivamente incorporado pela sociedade. Para que isso seja possível, à sociedade deve ser dado o poder para a tomada de decisão, esta deve conhecer a realidade da pessoa com deficiência e participar efetivamente do processo de inclusão como um agente modificador, e não como um agente limitador.

[...] Esse trabalho de formiguinha que a gente faz de quebra de barreiras atitudinais é isso, é mostrar pro outro, dar ferramentas para ele lidar com pessoas que não estão acostumadas a lidar com pessoas deficientes. Então, muitas vezes as barreiras elas não são propositais, a pessoa faz sem perceber que está sendo uma barreira e muitas vezes as pessoas acham que “...nossa, estou fazendo um super favor, porque, meu Deus! tem um servidor com deficiência, como ele chegou longe?...Tem que dar graças a Deus que chegou em uma Universidade, que conseguiu um emprego pro resto da vida”...“ah, um aluno com deficiência tem que dar graças a Deus que entrou numa faculdade, porque provavelmente não era nem pra ele ter sido alfabetizado...” Então, a gente tenta mudar essa cultura aos poucos, mostrando que isso é uma Lei, não tem favor nenhum que a gente tá fazendo para pessoa com deficiência. Favor eles fazem pra gente quando têm paciência e compreendem as nossas limitações, e a gente não consegue fazer tudo que deveria fazer. Isso é, então, na verdade, as pessoas com deficiência da Universidade é que nos fazem um favor, e não a gente para eles. (E2, agosto de 2019)



Aprofundando a análise sobre o conhecimento dos entrevistados sobre políticas públicas do Governo Federal para a promoção de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência, os resultados foram os seguintes: 45% das pessoas declararam acompanhar “raramente” ou “nunca”, 38% declararam acompanhar “algumas vezes” e somente 17% dos entrevistados declararam acompanhar “frequentemente” ou “sempre”.

Com relação ao conhecimento sobre o Programa Incluir, apenas 27,2% dos entrevistados declararam conhecer a iniciativa, ou seja, grande parte da população entrevistada sequer sabia da existência do Programa, o que indica falhas na divulgação de informações a respeito desta iniciativa governamental. Apesar de poucas pessoas declararem conhecimento sobre o Incluir, 26,4% destas avaliaram positivamente e julgaram que o Programa contribuiu para a otimização das condições de acessibilidade na UFF, contra 4,6%, que julgaram o programa ineficiente e 69%, que conheciam o Incluir, mas não souberam opinar a respeito. Acreditamos que isso se deva ao elevado desconhecimento sobre o que a política pública proporcionou, de fato à UFF.

De uma maneira geral, a visita *in loco* e os relatos dos entrevistados foram elucidativos e nos deram uma base para alguma compreensão sobre o funcionamento do Programa Incluir e das condições de acessibilidade, assim como o que precisa ser aperfeiçoado na IFES objeto desse estudo de caso.

Sinalizamos que essa pesquisa foi um projeto introdutório, que oferece subsídios para os seguintes segmentos:

- Maior transparência e detalhamento de dados oferecidos pelo Governo Federal, especialmente no que concerne aos recursos do Incluir para compra de equipamentos, para obras e para serviços destinados às Instituições partícipes;
- Aumento da amostra, assim como expansão para a o estudo de caso nas demais IES do Brasil que receberam recursos do Incluir e investigação da melhoria das condições de acessibilidade nestas.

### **Considerações Finais**

A pesquisa durou dois anos, começando em 2018 e terminando em 2019. Investigou o funcionamento do Programa Incluir, especialmente em 3 anos em que a Universidade Federal Fluminense recebeu recursos, assim como a herança que deixou para os anos atuais. Resume-se, essencialmente, na apreciação das ferramentas qualitativas e quantitativas da pesquisa, em contraste com o debate teórico sobre os dados apurados do Programa Incluir.

Percebemos que o Incluir não foi amplamente divulgado na mídia, o que explica o desconhecimento por grande parte da população. Houve, também, problemas no que concerne à transparência de divulgação dos dados do Programa, especialmente no que concerne aos dados financeiros. Entretanto, em face de ser iniciativa incipiente e, até então, inédita para inclusão em Instituições Públicas de Ensino Superior, concluímos que cumpriu seu papel de agente mitigador das desigualdades sociais e promoveu melhores condições de acesso e permanência de pessoas com deficiência nos estabelecimentos de Ensino Superior Públicos.

Todos os esforços empreendidos durante a abertura do campo tiveram como objetivo enxergar a “Universidade Pública” como um espaço educacional democrático, construtor e disseminador do conhecimento, de valores sociais e de significados. Apesar de todas as dificuldades encontradas, seja na obtenção de respostas ou em virtude da limitação temporal e financeira, essa pesquisa se mostrou bem-sucedida, pois conseguimos estabelecer diálogo com a comunidade acadêmica e, especialmente, com a pessoa com deficiência que habita a universidade. Pudemos, ademais, comparar os “dois lados” da realidade vivenciada por estudantes com e sem deficiência.

Foi constatado que a acessibilidade e a inclusão foram implementadas via ações institucionais, desde a participação no primeiro Edital (2007) pela UFF até os dias atuais, e que os alunos de graduação e pós-graduação, egressos, funcionários e docentes de todos os *campi*, se mostraram participativos com o tema dessa pesquisa.

As entrevistas em profundidade e o questionário *online*, também se mostraram válidos, pois houve a medição da percepção da acessibilidade e da Inclusão na UFF, e esses resultados se mostraram compatíveis com a melhoria das condições de acessibilidade desta Universidade.

Reforçando a ideia de que as ações de acessibilidade e inclusão no nível superior de ensino requerem continuidade via políticas públicas que promovam habilitação arquitetônica

e estrutural, capacitação docente e promoção de ações sociais voltadas a inclusão, pudemos concluir que a pesquisa, como um todo, se mostrou válida para enriquecer o debate acadêmico sobre acessibilidade e inclusão, e que o Programa Incluir se mostrou como uma relevante política de governo direcionada para acesso mais inclusivo e igualitário, bem como para acesso e permanência de alunos com deficiência no Ensino Superior Público.

### Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9.050 - **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, 2015. 148 p.

BECKER, H. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Tradução de Maria Luiza X. de Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. 227 p.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**, Brasília, DF: Senado Federal, 2005.

BRASIL. Congresso. Senado Federal. Comissão Especial de Acessibilidade. **Acessibilidade: passaporte para a cidadania das pessoas com deficiência. Guia de orientações básicas para a inclusão de pessoas com deficiência** / Comissão Especial de Acessibilidade. – Brasília: Senado Federal, 2005. 53 p.: il. Disponível em: [http://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2014/12/Acessibilidade\\_passaporte-para-a-cidadania-das-pessoas-com-deficiencia.pdf](http://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2014/12/Acessibilidade_passaporte-para-a-cidadania-das-pessoas-com-deficiencia.pdf) Acesso em: 14 jun. 2020.

BRASIL. Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004. **Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências**. Brasília, DF. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato20042006/2004/Decreto/D5296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20042006/2004/Decreto/D5296.htm)> Acesso em: 21 jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria n.º 1.679 de 2 de dezembro de 1999. **Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições**. Disponível em < [http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/c1\\_1679.pdf](http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/c1_1679.pdf)> Acesso em: 01 jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa nº 14, de 24 de abril de 2007: Dispõe sobre a criação do "Programa Incluir: Acessibilidade na Educação Superior"**. Disponível em: <<https://www.semesp.org.br/legislacao/migrado1949/>> Acesso em: 21 jun. 2020

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; Secretaria de Educação Superior: **Documento Orientador Programa**

**INCLUIR - Acessibilidade na Educação Superior.** Brasília, DF, 2013. Disponível em < <http://portal.mec.gov.br/programa-incluir> > Acesso em: 20 jun. 2020.

BRASIL. Secretaria de Educação Superior. Resultado do Edital de 2005. **Programa Incluir: acessibilidade na educação superior.** Brasília, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-incluir/191-secretarias-112877938/sesu478593899/13380-programa-incluir-edital-e-resultados>. Acesso em: 20 jun. 2020

BRASIL. Secretaria de Educação Superior. **Edital nº 8. Programa Incluir.** Diário Oficial [da] União, n. 126, seção 3, Brasília, DF, 4 jul. 2006, p. 30-31.

BRASIL. Secretaria de Educação Superior. **Resultado do Edital de 2006. Programa Incluir: acessibilidade na educação superior.** Brasília, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-incluir/191-secretarias-112877938/sesu478593899/13380-programa-incluir-edital-e-resultados>. Acesso em: 20 jun. 2020.

BRASIL. Secretaria de Educação Superior. **Edital nº 3. Programa Incluir: acessibilidade na educação superior.** Diário Oficial [da] União, n. 108, seção 3, 6 jun. 2007, Brasília, DF, p. 31-32.

BRASIL. Secretaria de Educação Superior. **Resultado do Edital MEC/SESu/SEESP nº 3. Programa Incluir: acessibilidade na educação superior.** Brasília, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-incluir/191-secretarias-112877938/sesu478593899/13380-programa-incluir-edital-e-resultados>. Acesso em: 20 jun. 2020

BRASIL. Secretaria de Educação Superior. Edital. **Seleção de Propostas. Programa Incluir: acessibilidade na educação superior.** Diário Oficial [da] União, nº 84, seção 3, Brasília, DF, 5 mai. 2008, p. 39-40.

BRASIL. Secretaria de Educação Superior. **Edital de Resultado. Programa Incluir: acessibilidade na educação superior.** Diário Oficial [da] União, nº 122, seção 3, Brasília, DF, 27 jun. 2008, p. 60.

BRASIL. Secretaria de Educação Superior. **Edital. Seleção de Propostas. Programa Incluir: acessibilidade na educação superior.** Diário Oficial [da] União, nº 146, seção 3, Brasília, DF, 3 ago. 2009, p. 51-52.

BRASIL. Secretaria de Educação Superior. **Resultado do Edital de 2009. Programa Incluir: acessibilidade na educação superior.** Brasília, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-incluir/191-secretarias-112877938/sesu478593899/13380-programa-incluir-edital-e-resultados>. Acesso em: 20 jun. 2020

BRASIL. Secretaria de Educação Superior. **Edital. Seleção de Propostas. Programa Incluir: acessibilidade na educação superior.** Diário Oficial [da] União, nº 128, seção 3, Brasília, DF, 7 jul. 2010, p. 52-53.

BRASIL. Secretaria de Educação Superior. Portaria nº 1.334. **Resultado Parcial. Programa Incluir: acessibilidade na educação superior.** Diário Oficial [da] União, n. 172-A, seção 1-Edição Extra, Brasília, DF, 8 set. 2010, p. 3.

CANDIDO, E. A. P.; NASCIMENTO, C. R. S.; MARTINS, M. F. A. **Acessibilidade na Educação Superior também envolve o trabalho pedagógico.** Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, v. 11, n. esp. 2, p.1017-1033, 2016. E-ISSN: 1982-5587 DOI: <https://dx.doi.org/10.21723/riaee.v11.esp2.p1017-1033>.

CASTRO, S. F. **Ingresso e permanência de alunos com deficiência em universidades públicas brasileiras.** Tese (Doutorado) – Universidade Federal de São Carlos, 2011. Disponível em: < <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/187845>>. Acesso em: 02 de jul. 2020

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Disponível em: <[https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR\\_Translations/por.pdf](https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf)>. Acesso em: 17 jun. 2020.

DURKHEIM, E. "O que é fato social?" In: **As Regras do Método Sociológico.** Trad. por Maria Isaura Pereira de Queiroz. 6.a ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1972. p. 1-4, 5, 8-11.

DURKHEIM, E. **As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália.** Émile Durkheim: tradução Paulo Neves – São Paulo: Martins Fontes, 1996. (Coleção Tópicos).

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** 4a ed. Rio de Janeiro, Guanabara, 1988.

IBC. Instituto Benjamin Constant, 2020. **Site.** Disponível em: <http://www.abc.gov.br/> Acesso em: 20, jun. 2020.

INES. Instituto Nacional de Educação de Surdos, 2020. **Site.** Disponível em: <http://www.ines.gov.br/component/content/article?id=901>. Acesso em: 20, jun. 2020.

MATTOS, W. R. **Inclusão social e igualdade racial no ensino superior baiano: uma experiência de ação afirmativa na Universidade do Estado da Bahia (Uneb).** In: BERNARDINO, Joaze; GALDINO, Daniela (Org.). Levando a raça a sério: ação afirmativa e universidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. p. 189-216. (Coleção Políticas da Cor).

OLIVEIRA, E. T. G. **Acessibilidade na Universidade Estadual de Londrina: o ponto de vista do estudante com deficiência.** 2003, 187f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Londrina. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/91252> Acesso em: 07 jul. 2020.

PERANZONI, V. C.; FREITAS, S. N. **A Evolução do (Pre)Conceito de Deficiência.** Revista Educação Especial. Santa Maria, Edição 2000, n.16. 2000. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/5253/3200>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

MARCHESI, A. *Da linguagem da deficiência às escolas inclusivas*. IN: COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús; e cols. *Desenvolvimento psicológico e educação: Transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais*. 2. ed. Porto Alegre. Artmed, 2004. 3.v.

SILVA, O. M. **A Epopéia Ignorada: A pessoa Deficiente na História do Mundo de Ontem e de Hoje**. São Paulo: CEDAS, 1987.

UNESCO (1990). **World Declaration on Education For All: Meeting Basic Learning Needs, Jomtien, Thailand. / Declaração mundial sobre Educação para todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem**. Jomtien, 1990. Unesco, 1998. Disponível em: [https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000086291\\_por](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000086291_por) Acesso em: 15 jun. 2020

UNESCO (1994). **The Salamanca statement and framework for action on special needs education, adopted by the World Conference on Special Needs Education: access and quality, Salamanca, 7-10 June 1994 / Necessidades Educativas Especiais: Declaração de Salamanca sobre princípios, política e prática na área das necessidades educativas especiais**. Lisboa: IIE. *Inovação*, 7, n.º 1, separata. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> Acesso em: 15 jun. 2020.

XAVIER, A. D. **Inclusão da Pessoa com Deficiência: a grande barreira são as atitudes**. III Congresso Nacional de Educação. 05 a 07 de outubro de 2016 - Natal – RN